



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

PALOMA CRISTIANE NUNES FERREIRA

**ENTRE CIÊNCIA E COMÉRCIO: O PAPEL ECONÔMICO DO  
COMÉRCIO DE ANIMAIS SILVESTRES E SUA RELAÇÃO COM AS  
FUNÇÕES CIENTÍFICAS (1931-1950)**

Belém-PA

2025

PALOMA CRISTIANE NUNES FERREIRA

**ENTRE CIÊNCIA E COMÉRCIO: O PAPEL ECONÔMICO DO  
COMÉRCIO DE ANIMAIS SILVESTRES E SUA RELAÇÃO COM AS  
FUNÇÕES CIENTÍFICAS (1931-1950)**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito para obtenção  
de título de Bacharel em História pela  
Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Décio Marco  
Antônio de Alencar Guzmán

Belém-PA

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

F383e Ferreira, Paloma Cristiane Nunes.  
Entre ciência e comércio: o papel econômico do comércio de animais silvestres e sua relação com as funções científicas (1931-1950) / Paloma Cristiane Nunes Ferreira. — 2025.  
49 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán

Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Belém, 2025.

1. Comércio de Animais Silvestres . 2. Museu Paraense Emílio Goeldi . 3. Amazônia . I. Título.

CDD 907.2

---

PALOMA CRISTIANE NUNES FERREIRA

**ENTRE CIÊNCIA E COMÉRCIO: O PAPEL ECONÔMICO DO COMÉRCIO DE ANIMAIS SILVESTRES E SUA RELAÇÃO COM AS FUNÇÕES CIENTÍFICAS (1931-1950)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentando como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Dr. Décio Marco Antônio De Alencar Guzmán.

Data de Aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Conceito:

**Banca Examinadora:**

---

Orientador

Dr. Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán – UFPA

---

Examinador Interno

Dr. Nelson Rodrigues Sanjad – UFPA

*Ao meu filho, Nicolas, minha maior  
motivação e razão de tudo.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela força, proteção e sabedoria durante toda essa jornada.

Ao meu filho, Nicolas, por ser a minha maior força e por me lembrar, a cada dia, do motivo pelo qual nunca desisti.

Aos meus pais, Irani e Paulo, e meus irmãos Paulo, Paula e Pamily por toda ajuda e apoio incondicional.

Aos meus sobrinhos Isadora e Gael, por representarem parte tão especial da minha vida.

Ao meu namorado, Francinaldo, por todo amor, incentivo e compreensão, por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava, e por estar ao meu lado em cada passo deste caminho.

Aos meus queridos amigos Ana Laura e Carlos Matheus pela parceria, conversas e pela ajuda em momentos desafiadores.

Ao meu Orientador, pelo conhecimento compartilhado, pela paciência e incentivo constante.

Ao CNPq, por meio do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), que possibilitou e viabilizou este projeto no Museu Paraense Emílio Goeldi.

Ao Nelson Sanjad, orientador do Projeto Pibic, pelas contribuições e por gentilmente aceitar o convite para compor a banca de Defesa, e pelas sugestões.

Por fim, agradeço ao colega Diego Leal, parceiro de projeto e principal interlocutor desta pesquisa, agradeço pela paciência, pelas sugestões e pelas valiosas contribuições ao longo da iniciação científica e que certamente foram fundamentais na minha trajetória acadêmica – sobretudo neste trabalho.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, deixo minha expressa gratidão.

*"A exuberância de nossas riquezas naturais despertou cobiça desde o primeiro contato com nossos descobridores. A admiração era tanta que um dos primeiros nomes do Brasil foi Terra dos Papagaios."*

**Luiz Flávio Barroso**

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar as práticas comerciais de animais silvestres realizadas pelo Museu Emílio Goeldi no período de 1931 a 1950, bem como compreender a relação entre essas aquisições e vendas de animais e as atividades científicas desempenhadas pela instituição. Nos anos iniciais da década de 1930, intensificaram-se os discursos sobre preservação e conservação dos recursos naturais, especialmente da fauna amazônica, o que resultou na criação de importantes leis e decretos voltados para a utilização racional desses recursos. Nesse contexto, o Museu Emílio Goeldi adquiriu grande relevância, sobretudo por sua longa história de pesquisa e preservação na região amazônica.

A pesquisa pretende, portanto, a partir de registros de ofícios do referido período relacionar as redes sociais, econômicas e científicas que sustentavam o comércio de animais silvestres. Buscando compreender os dois lados de uma questão complexa envolvendo a biodiversidade, ou seja, as dinâmicas entre o comércio e a ciência.

**Palavras-chave:** Comércio de Animais Silvestres; Museu Emílio Goeldi; Políticas Ambientais

## **ABSTRACT**

The objective of this research is to analyze the commercial practices of wild animals carried out by the Emílio Goeldi Museum between 1931 and 1950, as well as to understand the relationship between these acquisitions and sales of animals and the scientific activities carried out by the institution. In the early 1930s, discussions about the preservation and conservation of natural resources, especially of the Amazonian fauna, intensified, which led to the creation of important laws and decrees aimed at the rational use of these resources. In this context, the Emílio Goeldi Museum acquired great relevance, especially due to its long history of research and preservation in the Amazon. Therefore, the research intends to use records of official documents from that period related to the social, economic and scientific networks that supported the trade in wild animals, seeking to understand both sides of a complex issue involving biodiversity, that is, the dynamics between trade and science

**Keywords:** Wild Animal Trade; Emílio Goeldi Museum; Environmental Policies

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA .....	15
1.1.1 OBJETIVOS E METODOLOGIA .....	16
1.1.1.1 JUSTIFICATIVA.....	17
<b>2. O BRASIL DE VARGAS E A AMAZÔNIA (1930-1950).....</b>	<b>19</b>
2.1 A AMAZÔNIA NOS ANOS 1930 A 1950 .....	21
<b>3. O MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI E A CIÊNCIA NA AMAZÔNIA .....</b>	<b>25</b>
<b>4. O COMÉRCIO DE ANIMAIS SILVESTRES: AGENTES E DINÂMICAS .....</b>	<b>30</b>
4.1 A CIÊNCIA COMO JUSTIFICATIVA .....	38
<b>5. QUESTÕES ÉTICAS E SOCIAIS NO COMÉRCIO DE ANIMAIS SILVESTRES .....</b>	<b>40</b>
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>43</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>46</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A década de 1930 marcou um ponto de inflexão na história do Brasil. O país viveu profundas transformações políticas, econômicas e institucionais, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a subsequente reconfiguração do papel do Estado na condução do desenvolvimento nacional. Esse novo arranjo buscava superar o modelo oligárquico da Primeira República, centralizando decisões e implementando políticas de alcance nacional. Nesse contexto, a natureza passou a ser concebida como patrimônio estratégico, simultaneamente recurso econômico a ser explorado e símbolo de soberania a ser preservado.

Essa visão dual — exploração e proteção — atravessou o discurso governamental, sobretudo durante o Estado Novo (1937–1945). O governo Vargas incorporou a retórica de conservação das chamadas “belezas naturais” como parte do projeto nacionalista. Leis, decretos e conferências passaram a tematizar a utilização racional da biodiversidade brasileira, especialmente da fauna e da flora. Ainda que incipientes, tais medidas expressavam uma mudança significativa: a percepção de que os recursos naturais deveriam ser regulados, não apenas apropriados indiscriminadamente.

Como observa Franco (2009)<sup>1</sup> a própria Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934, evidenciou a circulação de ideias conservacionistas no país, acompanhada pela mobilização de setores da sociedade civil que pressionavam por políticas ambientais mais efetivas. Pois, o evento já *“indicava a existência de uma maior veiculação da questão da proteção à natureza da opinião pública, que por meio da atuação que por meio de uma série de entidades da sociedade civil, pressionava no sentido de uma política mais efetiva por meio do governo”* (Franco, 2009).

O Brasil, entretanto, não esteve isolado nesse movimento. Desde o final do século XIX, políticas de conservação vinham sendo elaboradas nos Estados Unidos

---

<sup>1</sup> FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. FAULHABER, Priscila. Introdução. In: Priscila Faulhaber & Peter Mann de Toledo (Orgs.). Conhecimento e Fronteira: História das Ciências na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

— como a criação dos primeiros parques nacionais sob a liderança de Theodore Roosevelt — e em diversos países europeus. A circulação dessas ideias, mediada por cientistas, diplomatas e viajantes, ressoava em diferentes lugares da América Latina. Contudo, cada sociedade reinterpreta tais discursos de acordo com suas especificidades políticas e econômicas. No caso brasileiro, a natureza foi concebida sobretudo como base para o progresso econômico e como instrumento de integração territorial, articulando ciência, desenvolvimento e soberania.

É nesse cenário que a Amazônia adquire centralidade. Sua vasta dimensão geográfica e a riqueza de sua biodiversidade transformaram-na em objeto privilegiado de atenção estatal e científica. Desde o século XIX, viajantes, naturalistas e autoridades a descreveram como um repositório quase inesgotável de espécies, muitas delas desconhecidas pela ciência ocidental. A fauna silvestre amazônica — araras, papagaios, onças, primatas e répteis — despertava fascínio e alimentava, simultaneamente, duas demandas distintas: o interesse científico e a valorização mercantil. Essa demanda fomentou a formação de redes comerciais transnacionais, nas quais a captura e o transporte de animais vivos ocupavam lugar central (Dean, 1996; Lopes, 2001).

Dentro desse processo, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) desempenhou papel singular. Fundado em 1866, consolidou-se, ao longo das primeiras décadas do século XX, como centro de pesquisa e de circulação de espécimes. Entre 1931 e 1950, período que abrange a gestão de Carlos Estêvão de Oliveira, o MPEG assumiu uma função ambígua: além de espaço de produção científica e de divulgação do conhecimento sobre a Amazônia, tornou-se também agente ativo no comércio de animais silvestres. Essa atuação ilustra a complexa interdependência entre ciência e mercado, em que a coleta, a troca e a venda de espécimes eram justificadas tanto pela necessidade de manter coleções zoológicas quanto pela busca de recursos financeiros indispensáveis à sobrevivência institucional.

A historiografia sobre a Amazônia tem ressaltado, especialmente nas últimas décadas, a importância das instituições científicas na produção e circulação do conhecimento sobre a região. A trajetória de Carlos Estêvão de Oliveira é um exemplo expressivo dessa intersecção. Diferentes interpretações destacam aspectos distintos de sua gestão. Nesse contexto, a trajetória de Carlos Estêvão de Oliveira, enquanto

diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, emerge como referência significativa para a análise da história científica e cultural da região, especialmente durante as décadas de 1930 e 1940.

Destaco aqui três importantes nomes que contribuíram para os estudos que analisaram Carlos Estêvão de Oliveira, análises realizadas em momentos distintos, mas de grande relevância historiográfica, especialmente para a construção deste trabalho: Oswaldo Cunha, em sua abordagem memorialista, apresenta uma perspectiva sobre a atuação de Oliveira, enfatizando suas relações com coletores e pesquisadores, bem como seu papel na preservação e valorização do patrimônio cultural e científico amazônico.

Aldrin Figueiredo em seu trabalho “Parque da cidade, museu da nação”, o autor analisa a transformação do Museu Paraense Emílio Goeldi em um espaço que articulava ciência, modernismo e políticas nacionalistas, destacando que “o museu tornou-se instrumento de construção da identidade nacional e de promoção da ciência na Amazônia, contando com a liderança e a visão de Carlos Estêvão de Oliveira” (Figueiredo, 2001)

Por fim, Diego Leal (2024), em sua dissertação de mestrado, oferece uma abordagem recente e analiticamente aprofundada sobre a atuação de Carlos Estêvão no contexto científico e político da década de 1930. Leal destaca sua participação nas redes de conhecimento e poder, enfatizando que Oliveira articulava interesses institucionais e científicos, consolidando práticas de pesquisa e políticas culturais que reforçavam a legitimidade do Museu Goeldi (Leal, 2024). A pesquisa de Leal permite compreender como Oliveira conciliava interesses institucionais e científicos, contribuindo para a consolidação de práticas de pesquisa e políticas culturais na Amazônia e reforçando a legitimidade do Museu Paraense Emílio Goeldi como referência científica.

As análises de Cunha, Figueiredo e Leal oferecem uma compreensão multifacetada da trajetória de Carlos Estêvão de Oliveira. O primeiro por sua vez tem uma visão mais interna e elogiosa de Oliveira; Aldrin traz uma perspectiva de identidade nacional, destacando o museu como projeto cultural; Leal tem em seus estudos uma perspectiva mais política e institucional da gestão de Carlos Estêvão. Embora diversas, convergem na compreensão do museu como espaço em que ciência e política se cruzaram.

Dessa forma, a presente pesquisa se apoia em estudos precedentes para aprofundar a compreensão do papel de Oliveira na consolidação de práticas científicas e culturais, evidenciando sua relevância histórica e sua influência nas instituições e políticas da região.

A interdependência entre o campo científico e o comércio de fauna não se restringia ao contexto amazônico. Como aponta José Augusto Pádua (2002), as primeiras regulamentações sobre o comércio de animais silvestres no Brasil, surgidas no final da década de 1930, mantinham ampla permissividade para atividades científicas. Museus e zoológicos ocupavam, assim, uma posição ambígua: consumidores e, ao mesmo tempo, fornecedores de fauna viva. Essa ambiguidade revelava uma racionalidade mais ampla, típica do conservacionismo técnico-científico da época, que não defendia a preservação “intocável” da natureza, mas sim sua exploração planejada e contínua, amparada pelo conhecimento científico.

Nesse contexto, atribuía-se à ciência o papel estratégico de orientar o Estado na promoção de um aproveitamento racional desses recursos. Em consonância com as premissas do conservacionismo técnico-científico da época, tratava-se não de preservar “intocavelmente” a natureza, mas de explorá-la de forma eficiente, contínua e planejada, com o uso de técnicas adequadas e do conhecimento científico como instrumentos para aumentar a produtividade e evitar o esgotamento dos ecossistemas.

Assim, o discurso conservacionista se integrou à lógica do Estado desenvolvimentista, reforçando a ideia de que a exploração dos recursos naturais, a fauna e a flora, era não apenas possível, mas necessário para o avanço econômico da nação. Os planos do governo varguista nas políticas relacionadas a natureza, eram de caráteres nacionalistas e possuíam duas frentes: a ocupação de territórios e a inclusão dos recursos naturais dentro de um aparato legal, uma vez que a natureza era um patrimônio público essencial para os planos de desenvolvimento do país.

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca compreender como, entre 1931 e 1950, o comércio de animais silvestres não apenas se articulou às funções científicas do MPEG, mas também influenciou sua inserção em redes políticas e econômicas mais amplas. Essa análise considera a dualidade inerente ao papel da instituição: de um lado, a missão científica de estudar e preservar a fauna; de outro, a participação ativa em circuitos comerciais.

Para avançar nessa análise, é necessário delimitar o conceito de fauna silvestre. Etimologicamente, o termo remete a *Faunus*, divindade dos bosques, mas em termos científicos designa o conjunto de animais próprios de uma região. No Brasil, diferentes definições legais foram construídas ao longo do tempo.

“O conjunto de animais próprio de uma região ou de um período geológico” (Ferreira, 1995)<sup>2</sup>. Etimologicamente, a palavra fauna, parece ter sua origem no vocabulário *Faunus*: “[...] ente mitológico, habitante dos bosques e florestas”. (Soares, 1993)<sup>3</sup>.

Por sua vez, a lei 5197/67<sup>4</sup> em seu art. 1º conceitua a fauna silvestre como “animais de qualquer espécie que, por sua vez e em qualquer fase de desenvolvimento, vivem fora do cativeiro. A estes são equiparados os seus ninhos, criadouros naturais e abrigos”. Já a lei mais recente 9605/98

“são espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras”.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário básico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

<sup>3</sup> SOARES, José Luís. Dicionário etimológico e circunstanciado de biologia. São Paulo: Scipione, 1993.

<sup>4</sup> BRASIL. Lei Nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967. Dispões sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências

O Código Florestal de 1934 e o Decreto-Lei nº 1.210/1939 já traziam restrições à caça e à exportação de espécies. Mais recentemente, a Lei nº 9.605/1998 consolidou uma definição abrangente, que inclui espécies nativas, migratórias, aquáticas e terrestres. Embora posterior ao recorte temporal aqui estudado, essa definição serve como parâmetro de classificação, articulando-se a concepções anteriores.

Essa tensão — entre ciência e comércio, conservação e exploração — constitui o núcleo problemático que orienta o presente estudo, formulado na seguinte questão central: de que maneira o comércio de animais silvestres influenciou as atividades científicas do Museu Paraense Emílio Goeldi no período de 1931 a 1950 e como essas práticas refletiam as inter-relações entre ciência, economia e política na Amazônia?

### 1.1.1 OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo geral deste trabalho é analisar o papel econômico do comércio de animais silvestres e sua relação com as funções científicas do Museu Paraense Emílio Goeldi entre 1931 e 1950. Como objetivos específicos, propõe-se:

1. Evidenciar os agentes envolvidos no comércio de animais silvestres;
2. Analisar como o discurso científico legitimava a exploração da fauna, ao mesmo tempo em que alimentava coleções e pesquisas;
3. Discutir as implicações éticas e ambientais da participação de instituições científicas em práticas comerciais de fauna, com especial atenção ao contexto amazônico.

A metodologia adotada baseia-se na análise documental de fontes primárias, especialmente os livros de registros de ofícios da gestão de Carlos Estêvão (1931–1935), localizados no Arquivo Guilherme de La Penha, vinculado ao MPEG. Esses documentos incluem comunicações oficiais, relatórios e correspondências trocadas entre o museu, autoridades governamentais, colecionadores e comerciantes. Complementam esse corpus os boletins do próprio museu e notícias veiculadas em jornais da época. O cruzamento dessas fontes com a bibliografia especializada em

história da ciência, história ambiental e economia extrativista permitirá reconstruir redes de circulação, identificar agentes e compreender a inserção do MPEG nas dinâmicas políticas e comerciais mais amplas.

#### 1.1.1.1 JUSTIFICATIVA

A escolha do recorte temporal se justifica por dois motivos: primeiro, abrange a gestão de Carlos Estêvão de Oliveira, período de reorganização institucional e de intensificação das práticas comerciais de fauna; segundo, estende-se até a federalização do MPEG, momento em que a instituição redefiniu sua estrutura administrativa e fontes de financiamento. Além disso, o período coincide com a consolidação dos discursos conservacionistas no Brasil e com a intensificação do comércio internacional de fauna, o que o torna especialmente relevante para a análise proposta.

Assim, compreender as interações entre ciência e comércio nesse contexto contribui não apenas para a historiografia da ciência na Amazônia, mas também para debates atuais sobre a ética da pesquisa científica, a conservação da biodiversidade e a gestão de recursos naturais. A análise desse passado permite iluminar contradições ainda presentes nas práticas contemporâneas de manejo da fauna e nas políticas ambientais brasileiras.

A presente pesquisa está estruturada em três capítulos. Em um primeiro momento, a apresentação de um panorama histórico do Brasil e da Amazônia durante o recorte temporal do estudo, com ênfase nas transformações políticas e econômicas decorrentes da Revolução de 1930 e da implantação do Estado Novo. A análise baseia-se em fontes secundárias, incluindo obras de referência sobre história política (Franco; Drummond, 2009; Stella, 2009), estudos sobre a integração da Amazônia ao projeto nacional (Casazza, 2017; Andrade, 2010) e documentos oficiais, como o Código Florestal de 1934 e o Decreto-Lei nº 1.210/1939.

Esses materiais permitem compreender o contexto no qual se inserem as práticas comerciais e científicas do Museu Paraense Emílio Goeldi. Além de uma breve trajetória institucional do MPEG e do então diretor da época, Carlos Estêvão de Oliveira. As fontes neste capítulo incluem ofícios, circulares e relatórios localizados no Arquivo Guilherme de La Penha, que documentam desde solicitações de captura e

transporte de animais até pedidos de apoio financeiro e logístico. Como suporte interpretativo, utilizam-se estudos institucionais (Sanjad, 2010; Leal, 2023) e biográficos (Cunha, 1989), que contextualizam a atuação de Carlos Estêvão nas redes científicas e políticas do período.

O segundo capítulo constitui o núcleo analítico da pesquisa. Utiliza de forma central os registros administrativos do MPEG, complementados por notícias de jornais, dados de correspondências oficiais e bibliografia sobre comércio de fauna (Dean, 1996; Lopes, 2001; Albuquerque, 2009, 2014). A partir dessas fontes, é possível evidenciar os agentes envolvidos nesse comércio (prefeitos, atravessadores, compradores), identificam-se algumas espécies comercializadas, as justificativas científicas utilizadas para legitimar a captura e a exportação. O capítulo também examina a interdependência entre a arrecadação financeira do museu e sua participação no comércio de animais, apontando as tensões entre seu papel como órgão fiscalizador e como fornecedor de fauna.

O último capítulo amplia a discussão, relacionando os achados documentais às reflexões contemporâneas sobre ética na pesquisa, conservação da biodiversidade e soberania científica. Baseia-se em autores que discutem a história ambiental e a relação entre humanos e não-humanos (Latour, 1991; Velden, 2010, 2015, bem como em estudos sobre legislação ambiental no Brasil (Padua, 2002; CONAMA, 2014). As fontes primárias analisadas nos capítulos anteriores são revisitadas à luz dessas discussões, de modo a evidenciar as contradições e continuidades no uso da fauna silvestre para fins científicos e comerciais. Tal organização, permite ao leitor acompanhar o raciocínio histórico analítico que estrutura o trabalho: parte-se do contexto macro (Estado, políticas, economia) para o contexto institucional (MPEG), daí para a prática específica estudada (comércio de fauna) e, finalmente, para a reflexão crítica e ética. A interligação entre os capítulos é sustentada pela utilização contínua das fontes primárias, que, confrontadas com o referencial teórico, permitem compreender de forma aprofundada a relação entre comércio de fauna e ciência na Amazônia entre 1931 e 1950.

## 2. O BRASIL DE VARGAS E A AMAZÔNIA (1930-1950)

A “Revolução” de 1930 marcou a entrada do Brasil em uma nova etapa de sua história política. A deposição da chamada Primeira República, dominada pelas oligarquias regionais de São Paulo e Minas Gerais, abriu espaço para a centralização do poder sob a liderança de Getúlio Vargas. Esse processo significou não apenas a reconfiguração do sistema político, mas também a redefinição das relações entre Estado, sociedade e natureza.

No Estado Novo (1937–1945), o governo assumiu caráter autoritário, concentrando poderes e nomeando interventores federais para governar estados e municípios. Na Amazônia, essa mudança teve impacto direto: antigas elites locais perderam autonomia, e a administração passou a responder mais diretamente às diretrizes do centro político. Essa centralização não era apenas administrativa, mas também simbólica: visava incorporar a região ao projeto nacionalista do regime, em que a natureza aparecia como elemento estratégico de integração territorial.

A propaganda estatal, articulada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), desempenhou papel decisivo nesse processo. Filmes, cartazes e discursos oficiais apresentavam a Amazônia como um espaço grandioso, rico em recursos, mas “adormecido”, esperando pela ação do Estado para ser plenamente integrado à nação. Como observa Dean (1996), essa retórica reforçava a ideia de que a natureza deveria ser regulada e disciplinada, de modo a servir aos interesses nacionais.

A ascensão do governo de Getúlio Vargas, em 1930, marcou o início de um período de reformas institucionais profundas, incluindo uma reconfiguração das políticas voltadas à ciência e ao meio ambiente. Dentro desse projeto modernizador, a natureza passou a ser percebida não apenas como um bem explorável, mas também como símbolo de identidade nacional e ferramenta diplomática.

O nacionalismo do período varguista encontrava na Amazônia um território privilegiado para suas narrativas. De um lado, a região era representada como patrimônio natural da nação, símbolo de sua grandiosidade e diversidade biológica. De outro, era vista como fronteira a ser explorada, tanto para garantir a autossuficiência econômica quanto para afirmar a soberania brasileira diante de interesses estrangeiros.

A política da Marcha para o Oeste, lançada na década de 1940, reforçou essa visão. A ideia de “ocupar os espaços vazios” do território nacional colocava a Amazônia em posição estratégica, ao lado do Centro-Oeste. Contudo, tal discurso desconsiderava as populações locais e a complexidade das relações sociais já existentes na região, reproduzindo a ideia de que a floresta era uma “terra sem homens à espera de homens sem terra”.

A conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial ampliou ainda mais a importância da Amazônia. A partir de 1942, com o Acordo de Washington, a região foi mobilizada para atender à demanda dos Estados Unidos por borracha, em virtude do bloqueio japonês às rotas asiáticas. A chamada “Batalha da Borracha” trouxe investimentos e deslocou milhares de trabalhadores nordestinos para a floresta, conhecidos como “soldados da borracha”.

Nesse contexto, a natureza amazônica foi tratada como recurso a ser explorado de forma “racional”, legitimada pela ciência. Como argumenta Pádua (2002), o conservacionismo brasileiro da primeira metade do século XX não defendia a preservação intocada, mas sim uma exploração planejada que equilibrasse desenvolvimento e aproveitamento econômico.

## 2.1 A AMAZÔNIA NOS ANOS 1930 A 1950

Ainda sob os reflexos do colapso do ciclo da borracha, a Amazônia enfrentava desafios de integração nacional, redefinição econômica e reorganização social. Durante esse período a retórica governista para a região Amazônica era pautada na ideia de abandono e ocupação de espaços tidos como “vazios”, representações e conceitos não foram criados pelo Estado Novo (1937-1945), mas apropriados como forma de explicar a realidade social da Amazônia, esses discursos foram propagados e veiculados nos mais diversos setores ao longo do século XX; literatura, jornais, e outros escritos da época<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> CASAZZA, Ingrid Fonseca. Proteção ao patrimônio nacional brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

A economia da Amazônia entre 1930 e 1940 esteve fortemente marcada pelo declínio da borracha, que havia sustentado a região até as primeiras décadas do século XX. Com a quebra do monopólio amazônico pela produção asiática, iniciada ainda nos anos 1910, a região mergulhou numa crise prolongada. A ausência de um novo ciclo econômico de grande escala levou à estagnação. Durante o apogeu da borracha o mercado comercial da região era praticamente isolado das outras regiões do Brasil, uma vez que o foco era o comércio exterior. A partir dos anos 1930, esse cenário muda. O mercado interno passa a consumir mais ativamente os produtos originários da Amazônia. O Estado então aumenta sua presença na região; destinando recursos por meio da constituição de 1946, e sete anos depois apresenta um plano de valorização econômica.<sup>7</sup> O

Estado brasileiro, especialmente a partir da Revolução de 1930 e com o governo de Getúlio Vargas, passou a demonstrar maior interesse pela Amazônia. A criação de políticas centralizadoras buscava



integrar a região ao restante do país. A Marcha para o Oeste<sup>8</sup>, de O Globo, edição de 11 de outubro de 1940.

por exemplo, anunciada na década de 1940, pretendia ocupar e desenvolver as regiões consideradas “vazias”, incluindo a Amazônia. Também houve incentivos para a agricultura de subsistência, a extração de castanha-do-pará, o cultivo de juta no Amazonas e a exploração madeireira.

A introdução das políticas desenvolvimentistas voltadas para a região começa a ser implantadas em meados da década de 1950, sobretudo para

<sup>7</sup> STELLA, Tomas Henrique de Toledo. A integração economia da Amazônia (1930-1980). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. São Paulo. p. 213. 2009

<sup>8</sup> A “marcha para Oeste” foi uma política implementada durante o Estado Novo, durante o Governo de Getúlio Vargas que buscava a integração econômica e nacional a partir da colonização de regiões consideradas longínquas e desabitadas (Andrade, 2007, p. 43-65)

enfrentar as desigualdades evidenciadas a partir do processo de industrialização e de integração do mercado interno nacional.<sup>9</sup>

Em 1940, de forma estratégica Vargas pronuncia o discurso conhecido como “Discurso do Rio Amazonas”

“Todo Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando a formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro” (VARGAS, Getúlio IN SUDAM, 1968, pp. 10-11 apud STELLA, 2009 p.75)

A repercussão do discurso Varguista foi ampla e estratégica, tendo repercussão na imprensa, na opinião pública e vários campos pois reforçava a intencionalidade nos projetos regionais, concomitantemente, também era uma resposta a pressão internacional sobre a Amazônia. Outra estratégia pontuada por Stella é a utilização do discurso por meio do Departamento de Imprensa (DIP) que publicou o discurso em forma de brochura oficial e distribuiu nas bibliotecas e instituições de ensino em 1943, o texto também fora usado como panfletos de propaganda como marco do “despertar da Amazônia”.<sup>10</sup>

A Amazônia por sua vez esteve no centro de um duplo processo: de um lado, foi incorporada ao imaginário nacionalista do Estado Novo, exaltada como tesouro natural e fronteira estratégica; de outro, sofreu os efeitos da centralização autoritária. A ciência desempenhou papel fundamental nesse contexto, legitimando discursos de exploração racional e servindo como instrumento de afirmação da soberania. É nesse cenário que se insere o Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição que, ao mesmo

---

<sup>9</sup> STELLA Tomas Henrique de Toledo. A integração economia da Amazônia (1930-1980). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. São Paulo. p. 213. 2009

<sup>10</sup> Op. Cit.

tempo em que produzia conhecimento sobre a biodiversidade amazônica, participava ativamente das redes de circulação e comércio de fauna

Outras importantes iniciativas foram realizadas na região como a estatização das companhias fluviais inglesas; *The Amazon Rivier Steam Navegation Company Limited* e *Port Of Pará* que formaram o Serviço de Navegação do Amazonas e de Administração do Porto do Pará. Houve também a criação de novos territórios federais, em 1943, sobretudo para aumentar o controle estatal nas regiões que detinham reservas mineiras.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Amazônia ganhou nova importância estratégica. O acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos resultou no projeto da Borracha de Guerra, ou Acordo de Washington (1942), que visava reativar a produção de borracha na região para abastecer os Aliados. Milhares de nordestinos foram recrutados como “soldados da borracha”,<sup>11</sup> reconfigurando temporariamente a economia extrativista e a demografia regional.

Diante desse novo arranjo político acompanhado por discursos nacionalistas e desenvolvimentistas, que enxergavam a Amazônia como território estratégico a ser explorado e ocupado, os projetos de integração e modernização, ainda que tímidos, passaram a ser formulados com mais frequência, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), criado mais tarde, mas idealizado nesse contexto.

A criação do Instituto Agrônomo do Norte (IAN), em 1939; a Escola de Agronomia da Amazônia, em 1945, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 1951, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), em 1952 são algumas das instituições de pesquisa e conhecimento na Amazônia que caracterizam um período importante na História da Ciência na região, em paralelo com Museu Emílio Goeldi. A criação do INPA ocorre sobretudo com a finalidade de torna-se um braço direito do Conselho Nacional de Pesquisa dentro da Amazônia, atribuindo pra si do ponto de vista de uma política científica nacional, projetos de níveis estaduais, locais e

---

<sup>11</sup> CASAZZA, Ingrid Fonseca. Proteção ao patrimônio nacional brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

internacionais.<sup>12</sup> Essas instituições de pesquisa e conhecimento na Amazônia caracterizam um período importante na História da Ciência na Amazônia.

Costa argumenta que diferentemente do museu que já nasce como uma instituição enraizada de “ciência pura e descritiva dos naturalistas”,<sup>13</sup> o INPA surge com peso de recomendações políticas para a geração de pesquisa aplicada, fator que polarizou o instituto.<sup>14</sup> Apesar das crises e das dificuldades enfrentadas pelo INPA, o Instituto propiciou a produção de uma ciência regional com reconhecimento internacional. Desde cedo a pesquisa na região amazônica abrangeu os mais amplos e mais diferentes espectro de áreas: medicina, química, geologia, etnologia, arqueologia, tratando desde questões da terra quanto as vinculadas a saúde. A partir da criação de instituições como INPA e a incorporação do Museu Paraense, o CNPq passa a assumir responsabilidades claras na região contribuindo para uma política científica de estado.

A década de 1930 também foi marcada pelos primeiros esforços do Estado brasileiro na formulação de políticas ambientais. O Código Florestal de 1934 representou um marco inicial, ainda que com foco na exploração racional das florestas. Em 1937, foi criado o Serviço Florestal do Brasil, sob o Ministério da Agricultura, sinalizando o início da institucionalização da política ambiental.

O Decreto-Lei nº 1.210, de 1939, trouxe a primeira tentativa concreta de regulamentar o comércio de fauna. A norma exigia o registro de empresas exportadoras e proibia a comercialização de certas espécies ameaçadas. Contudo, sua eficácia foi limitada pela ausência de fiscalização sistemática. Além disso, atividades com fins científicos estavam amplamente isentas, o que contribuía para a continuidade da exploração sob a aparência de legitimidade institucional (Pádua,

---

<sup>12</sup> FAULHABER, Priscila. Introdução. In: Priscila Faulhaber & Peter Mann de Toledo (Orgs.). Conhecimento e Fronteira: História das Ciências na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

<sup>13</sup> COSTA, R. P. Carlos Estêvão de Oliveira e o Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945). Revista História das Ciências e do Ensino, v. 10, p. 39-59, 2014.

<sup>14</sup> NONATO, Josimara M. D.; PEREIRA, Newton M. Histórico da ciência na região norte do Brasil: a ciência em ação na Amazônia brasileira. **Perspectivas**, v. 44, p. 93-124, jul/dez, 2013

2002). Embora ainda incipientes, essas medidas representaram os primeiros passos rumo à construção de um arcabouço jurídico de proteção ambiental. O discurso conservacionista, embora restrito a certos círculos científicos e burocráticos, começava a ganhar força diante da percepção de esgotamento de recursos naturais.

### **3. O MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI E A CIÊNCIA NA AMAZÔNIA**

. É impossível tratar da história das instituições científicas na Amazônia sem destacar o papel do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Desde os primeiros anos da República, o museu tornou-se peça-chave na consolidação das práticas científicas na região, funcionando como espaço de coleta, produção e difusão de conhecimentos sobre a biodiversidade e os povos amazônicos. Como argumenta Sanjad (2005), a emergência de instituições fora da capital federal foi favorecida pelo federalismo republicano, que ampliou as possibilidades de organização científica em diferentes estados. Nesse contexto, o Museu Goeldi, em Belém, e o Museu Paulista, em São Paulo, passaram a dividir espaço com o tradicional Museu Nacional do Rio de Janeiro, configurando uma nova geografia institucional da ciência no Brasil.

Fundado em 1866 como Museu de História Natural e Etnografia do Pará, o Museu Paraense passou por uma transformação radical a partir de 1894, quando o naturalista suíço Emílio Goeldi assumiu sua direção. Inspirado no modelo dos museus europeus, Goeldi promoveu a reorganização das coleções zoológicas, botânicas e etnográficas, criou o Parque Zoobotânico e instituiu publicações regulares (Sanjad, 2010). Essa reformulação deu ao museu um perfil moderno e internacionalizado, que o consolidou como centro de referência para os estudos sobre a Amazônia.

Durante o século XX, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, o Museu Goeldi expandiu suas atividades e consolidou-se como um dos principais polos de produção científica sobre a Amazônia. Sua atuação abrangeu áreas diversas — zoologia, botânica, antropologia, arqueologia, linguística e geociências — articulando ciência natural e humana de modo pioneiro no Brasil. Essa característica multidisciplinar é destacada por Leal (2016), que mostra como o museu contribuiu

para aproximar agendas científicas voltadas tanto para o estudo da biodiversidade quanto para a compreensão das sociedades amazônicas.

O museu também se destacou pela sistematização de registros sobre as culturas indígenas, em especial por meio das pesquisas de Curt Nimuendajú. Suas etnografias, muitas vezes apoiadas logisticamente pelo Goeldi, representaram um marco para a antropologia no Brasil, reforçando a importância do museu como mediador entre saberes locais e a validação científica internacional (Sanjad, 2019).

Outro aspecto relevante foi a função formadora do MPEG. Ao longo do século XX, a instituição estabeleceu vínculos com universidades e centros de pesquisa, tanto nacionais quanto estrangeiros, tornando-se espaço de formação e circulação de cientistas. Como observa Schwartzman (2001), o desenvolvimento da ciência brasileira esteve sempre associado à criação de espaços institucionais que permitiram a profissionalização de pesquisadores. O Goeldi, nesse sentido, representou uma das primeiras tentativas de estruturar um espaço amazônico de ciência, em diálogo com redes nacionais e internacionais.

Os Boletins do Museu Paraense Emílio Goeldi, publicados desde o início do século XX, foram decisivos para a difusão do conhecimento produzido na região. Eles veicularam descrições de espécies, relatórios de expedições, estudos linguísticos e análises culturais, inserindo a Amazônia no circuito científico internacional. Como aponta Aldrin Moura de Figueiredo (2001), esses instrumentos de comunicação reforçaram a ideia de que a ciência podia ser também um recurso político, capaz de legitimar a soberania nacional ao demonstrar a riqueza e a singularidade da natureza brasileira.

A atuação do Goeldi, entretanto, não esteve isenta de tensões. Se por um lado o museu colaborava para a valorização da Amazônia, por outro também se articulava a circuitos econômicos e políticos que instrumentalizavam a ciência para fins de exploração. Como observa Pádua (2002), a história ambiental brasileira revela a coexistência entre práticas de conservação e processos intensivos de exploração, contradição igualmente presente na trajetória do museu. O MPEG atuava, assim, num espaço ambíguo, onde o ideal científico convivia com interesses nacionais de

afirmação política e com a participação em redes comerciais de circulação de espécimes.

Comparando-se a atuação do Museu Goeldi com a do Museu Nacional e do Museu Paulista, percebe-se que todos compartilhavam o ideal oitocentista de formação de grandes coleções, mas em contextos distintos. O Museu Nacional, localizado na capital federal, buscava representar a ciência brasileira diante do mundo, assumindo caráter centralizador. O Museu Paulista, criado em 1893, estava diretamente vinculado ao projeto de afirmação da identidade paulista no contexto republicano (Lopes, 2001). Já o Museu Goeldi tinha como especificidade a tarefa de sistematizar o conhecimento sobre a Amazônia, região até então pouco explorada pela ciência institucionalizada, mas central para os projetos de ocupação e exploração econômica.

Nesse sentido, a importância histórica do Museu Goeldi entre as décadas de 1930 e 1950 reside justamente em sua capacidade de articular pesquisa científica com demandas nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo em que atendia às expectativas do Estado e das elites intelectuais, produzia conhecimento original e coleções que permanecem como patrimônio científico e cultural do Brasil. Como lembra Sanjad (2010), o Goeldi simboliza a consolidação de um espaço amazônico de produção de conhecimento, revelando tanto as potencialidades quanto os desafios de se fazer ciência em um território marcado pela vastidão geográfica, pela diversidade social e pelas disputas políticas e econômicas.

A exportação de animais silvestres foi legitimada pelo discurso científico e nacionalista, sendo promovida como forma de divulgar as riquezas naturais do Brasil e inserir o país no circuito internacional da ciência. Assim, o comércio de fauna silvestre articulava-se com projetos científicos, econômicos e ideológicos, formando uma rede complexa de interações entre caçadores, atravessadores, agentes do Estado, naturalistas e instituições nacionais e estrangeiras.

Segundo Dean (1996), esse comércio se sustentava sobre uma estrutura informal e, muitas vezes, à margem da legalidade. Pequenos caçadores locais, intermediários comerciais e agentes institucionais formavam redes de abastecimento cuja legitimidade dependia da finalidade alegada para a coleta — científica, educativa ou econômica. A

fiscalização era precária, e a legislação ambiental incipiente. As exportações incluíam tanto animais vivos quanto peles, ossos, penas e espécimes taxidermizados.

Naturalistas e cientistas atuavam não apenas como beneficiários, mas também como mediadores desse sistema. Museus como o Nacional e o Emílio Goeldi realizavam trocas regulares com instituições estrangeiras, enviando exemplares em troca de equipamentos, livros e apoio financeiro para expedições (Lopes, 2001). A ciência, portanto, operava em uma zona cinzenta entre produção de conhecimento e participação em circuitos comerciais.

A prática científica zoológica nesse período seguia os paradigmas estabelecidos no século XIX, baseados na coleta extensiva de espécimes para fins de classificação e estudo taxonômico. A construção de grandes coleções era vista como essencial para o avanço do conhecimento biológico e para a consolidação das instituições científicas. No Brasil, essa lógica materializou-se na atuação do Museu Nacional, do Museu Paulista e do Museu Paraense Emílio Goeldi, que buscaram ampliar seus acervos por meio de expedições próprias ou por acordos com caçadores e comerciantes.

A atuação dos naturalistas nesses museus não se limitava à produção científica. Eles eram também gestores de redes de coleta e troca, articulando interesses nacionais e internacionais. No entanto, o uso do discurso científico como justificativa para a extração de fauna levantava tensões. Como argumenta Drummond (1997), a legitimação da coleta por objetivos científicos muitas vezes camuflava práticas comerciais intensivas e pouco sustentáveis. A ciência operava como instrumento de naturalização da exploração, mesmo em contextos de crescente percepção sobre os impactos ecológicos dessas atividades.

Ou seja, o comércio de animais silvestres no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940 constitui um fenômeno multifacetado, onde se entrelaçam ciência, economia, política e cultura. As práticas de coleta e exportação foram fundamentais para o desenvolvimento das ciências naturais no país, mas também expressaram contradições estruturais: entre conservação e exploração, entre soberania e dependência científica, entre saber local e validação externa. Ou seja, o comércio se entrelaçava com as práticas de pesquisa. No âmbito do Museu Paraense Emílio Goeldi, por exemplo, muitos dos espécimes que chegavam ao museu passavam por circuitos formais ou informais.

#### **4. O COMÉRCIO DE ANIMAIS SILVESTRES: AGENTES E DINÂMICAS CIENTÍFICAS.**

A delimitação temporal da pesquisa corresponde à gestão de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945) à frente do Museu Emílio Goeldi, vale salientar que a nomeação de Carlos Estêvão estava inserida em um contexto mais amplo de associação de intelectuais brasileiros, de tal modo que muitos intelectuais ocuparam cargos de destaque na esfera do Estado. Escolha estratégica, uma vez que a relação do MPEG durante a gestão de Carlos Estêvão de Oliveira, contou com apoio local que foi fundamental no estabelecimento das relações com governo federal e com outras instituições científicas brasileiras sediadas no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, torna-se pertinente antes de avançar, traçar uma breve trajetória de Carlos Estêvão de Oliveira, cuja atuação foi decisiva para a orientação científica e administrativa da instituição.

Carlos Estêvão de Oliveira nasceu em Recife, no dia 30 de abril de 1880. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1907, atuou como promotor público no interior do Pará, consultor jurídico e oficial da Secretaria do Estado. Foi nomeado diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi em 1930, cargo que exerceu até sua morte em 1946.<sup>15</sup> Durante sua longa gestão, Carlos Estêvão teve papel fundamental na reorganização administrativa e científica do Museu Goeldi. Estimulou pesquisas em áreas como etnologia, arqueologia e ciências naturais, consolidando a instituição como um dos principais centros de produção científica sobre a Amazônia no Brasil.<sup>16</sup> Suas iniciativas ocorreram em um momento de forte valorização da região amazônica no contexto dos projetos nacionalistas e desenvolvimentistas do governo Vargas.

---

<sup>15</sup> LEAL, Diego R. G. Uma república de cientistas na Era Vargas: a atuação científica e política de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945). *História da Ciência e Ensino*. v. 27 especial, 2023. pp. 67-78

<sup>16</sup> Op. Cit.

Além de gestor, foi também um pesquisador ativo e colecionador, com interesse especial pelas culturas indígenas amazônicas. Sua parceria com Curt Nimunendajú resultou na constituição de coleções etnográficas e arqueológicas que hoje se encontram em museus no Pará e em Pernambuco.<sup>17</sup> Foi membro de diversas instituições culturais e científicas, como o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambucano e a Academia Paraense de Letras.

Carlos Estêvão destacou-se por sua capacidade de articular ciência, administração pública e cultura, tendo deixado uma contribuição significativa para a formação de acervos, o desenvolvimento da pesquisa na Amazônia e o fortalecimento institucional do Museu Goeldi (Leal, 2023).

A relação do MPEG durante a gestão de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1941), contou com apoio local que foi fundamental no estabelecimento das relações com governo federal e com outras instituições científicas brasileiras sediadas no Rio de Janeiro. O diretor do Museu contou ainda com reconhecimento de grandes autoridades científicas daquele período, estabelecendo inclusive intercâmbio científico e político.

Diversos fatores caracterizavam o Museu como um órgão de fiscalização e proteção da fauna e da flora, como as normas e os decretos estabelecidos por Magalhães Barata, buscando conter os extermínios desenfreados na fauna amazônica: decreto de 23 de abril de 1931, prevenia a derrubada de matas para roçados e a extração de madeiras de lei; decreto de 9 de setembro de 1932, legislava sobre a aquisição e exportação ilegal de cerâmica aborígine de tribos extintas; decreto de 24 de abril de 1933, dispunha sobre os peixes vivos exportados do estado do Pará e dava outras providências a respeito; decreto de julho de 1933, previa sobre a coleta de peixes vivos para aquários e reprodução em cativeiro; decreto de dezembro de 1933, dispunha sobre as exportações de animais da fauna paraense<sup>18</sup>.

No entanto, como aponta as documentações e estudos como o de Diego Leal, os interventores – principais apoiadores desse comércio – e o então diretor do Museu

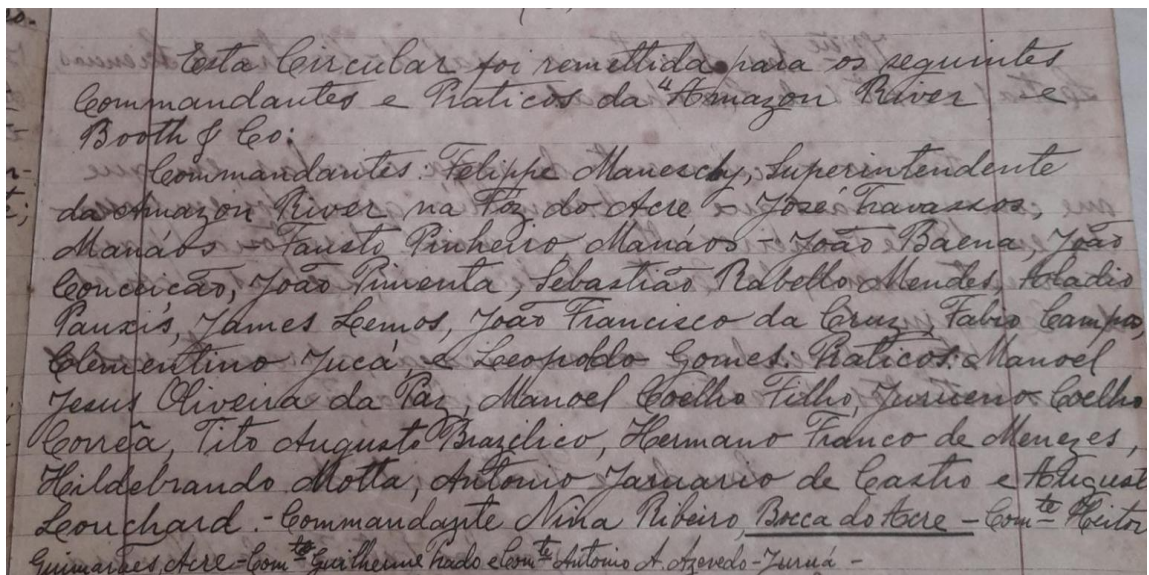
---

<sup>17</sup> FURTADO, Gabriela Galvão Braga. Entre etnologia e arqueologia: o universo tapajônico de Curt Nimunendajú. Dissertação (Mestrado) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2024.

<sup>18</sup> CUNHA, O.R. *Talento e atitude*: estudos biográficos do Museu Paraense Emílio Goeldi, I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989

não estavam em concordância com as práticas de conservação da fauna amazônica. Concomitantemente ao estabelecimento desses decretos, a Instituição contou com apoio dos interventores federais do Pará – Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e José Carneiro da Gama Malcher – e de uma rede que envolvia desde autoridades políticas até a população local, comercializava animais silvestres dos quais alguns foram exportados para os Estados Unidos e outros países europeus.

Além do engajamento nas atividades científicas que contribuíram para a integração do Museu nas políticas desenvolvimentistas nacionais, Carlos Estêvão de Oliveira executou importantes melhoramentos na instituição. Desde a saída de Goeldi, em 1907, o MPEG passou por diversas crises em decorrência do declínio da economia da borracha, crise essa que se estendeu até os anos 30, momento no qual o museu passou por uma requalificação institucional e foi reativado. A crise atingiu o setor de coleções etnográficas e arqueológicas; chegando ao Boletim do museu que deixa de ser publicado; em 1923 o serviço meteorológico foi desativado, e o parque zoobotânico tornou-se o único setor funcionando para visitação pública. (Bertho, 2001) É necessário pensarmos os avanços obtidos no museu especialmente com apoio do interventor Barata, e posteriormente de Gama Malcher. Oswaldo Cunha evidencia que dentre os diversos setores do MPEG o que ganhou mais destaque não só de Barata, mas do próprio Carlos Estêvão foi o parque zoobotânico (Cunha, 1989). Não obstante, já nos anos iniciais de gestão de Oliveira há um empenho por parte do então Interventor e Diretor, com a finalidade de repovoar o Parque Zoobotânico, como o documento abaixo



O documento citado trata-se de uma Circular enviada pelo Diretor da Instituição, em 1931, destinado a comandantes e práticos de duas Empresas de Navegação. Solicitando apoio na coleta de animais para o referido Parque, o diretor pede ainda que os animais endereçados a instituição estivessem com a indicação do local no qual foram encontrados, pontuando que quaisquer despesas extras seriam ressarcidas pelo Museu.

Neste mesmo ano, já é possível notar um volume na entrada de animais na instituição, resultado do empenho e do fomento á população e aos prefeitos dos municípios do Pará para que realizassem doações ao Museu de espécies curiosas e raras para povoar o parque. Em junho de 1931, o prefeito de Macapá enviou ao museu uma cutia e uma cobra sucurijú<sup>19</sup> no mesmo mês a prefeitura de Altamira<sup>20</sup> e Cametá<sup>21</sup> remeteram ao museu um casal de mutum pinima, um veado-vermelho e um socó-boi

Essa relação entre Instituição Científica e Comércio de Animais Silvestres, por mais contraditório que pareça atualmente, no período retratado não era visto dessa

<sup>19</sup> Relatório de Carlos Estêvão de Oliveira para o Interventor Joaquim de Magalhães Barata. Belém, 20 de junho de 1931. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Carlos Estêvão (1930-45), Série Registro de Offícios.

<sup>20</sup> Relatório de Carlos Estêvão de Oliveira para o Interventor Joaquim de Magalhães Barata. Belém, 22 de junho de 1931. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Carlos Estêvão (1930-45), Série Registro de Offícios.

<sup>21</sup> Relatório de Carlos Estêvão de Oliveira para o Interventor Joaquim de Magalhães Barata. Belém, 23 de junho de 1931. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Carlos Estêvão (1930-45), Série Registro de Offícios.

maneira. No trabalho intitulado “Ciência, nação e região na Era Vargas: o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945)”, de autoria de Diego Leal, pontua que desde os anos iniciais do século XX já havia esse envolvimento do Museu com a caça por exemplo.

As documentações evidenciam uma ampla rede inserida nesse comércio, indo desde autoridades políticas – como o Interventor Barata – e prefeitos dos mais diversos municípios do Estado do Pará, até práticos, comandantes. O apoio local e político era de suma importância sobretudo na manutenção desse comércio, a figura de Magalhães Barata, além de doações de animais feitas ao Museu, concessões de passe nos trens para transporte dos funcionários do Museu para coletar animais, especialmente, peixes em outros municípios; e fornecer carne bovina e peixes, por meio do Curro do Maguary e Mercado de Ferro<sup>22</sup>, também institui que todas as prefeituras do Estado deveriam destinar a instituição uma quantia mensal com a finalidade de ajudarem as prefeituras deviam destinar a instituição<sup>23</sup>,

Logo nos anos iniciais da gestão de Carlos Estêvão o então diretor envia um relatório solicitando a colaboração de um comandante (não identificado) na captura de animais silvestres, exemplificando quais espécies eram de maior interesse por parte do Museu.

“Certo de que v. sa., amante da sua terra como é, ainda conserva bem mantida a lembrança do tempo em que o “jardim zoológico” deste museu enchia de admiração e encanto todos que o visitavam, acredito que o seu acendrado patriotismo muito grato será vel-o voltar ao esplendor de outro’ora. Assim rogo permissão para solicitar sua valiosa colaboração no sentido de tornar realidade tão justo desideratum. Para isso, basta que v. sa. Se digne de adquirir nas viagens que costuma fazer pelo interior todo e qualquer animal, que, porventura, encontre. Como dei a entender, tudo quanto poder conseguir será recebido pelo museu com a máxima satisfação. Todavia, no momento, de grande importância seria a aquisição dos seguintes mamíferos: onça (de qualquer espécie); gato mourisco; queixada; cotia-

---

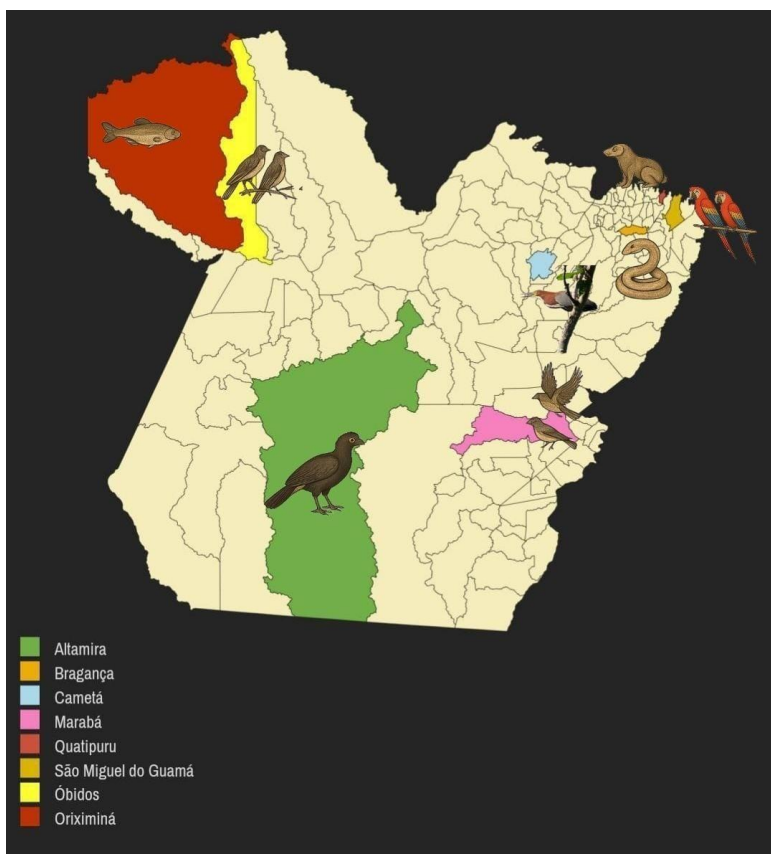
<sup>22</sup> LEAL, Diego Rodrigo Guimarães. *Ciência, nação e região na Era Vargas: o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

<sup>23</sup> Relatório de Carlos Estêvão de Oliveira para o Interventor Joaquim de Magalhães Barata. Belém, 21 de dezembro de 1931. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha/MPEG, Fundo Carlos Estêvão (1930-45), Série Registro de Ofícios.

cinzenta; paca-rana; cotia-aia; tatú-canastra; tatú-peba; macacos (principalmente uapussá, cuxiú, barrigudo-preto, logo-logo e coata-da-testabranca); cachorro-do-matto (de todas as espécies); peixe-boi (...)

A alimentação dos animais do museu era ofertada pelo “Curro do Maguary” e pelo Mercado de Ferro, em um primeiro momento essa demanda não gerava gasto para a Interventoria do Estado. No entanto, a medida que o número de animais aumenta o consumo alimentar e a carne então fornecida, passa a ser cobrada (Leal, 2024). Fator que também exige do Museu maiores recursos financeiros. É comum nos relatórios da instituição a solicitação de Carlos Estêvão de passes mensais para os trabalhadores do museu irem no trem de carne e receberem a alimentação destinada aos animais, em casos que não houvesse a carne considerada “nociva” para população (imprópria para consumo humano) e nenhuma em condições de consumo dos animais da instituição, o museu custeava a compra desses alimentos.

Como exposto anteriormente, a manutenção do comércio de animais silvestres contou com uma rede de colaboradores composta por prefeitos municipais, comandantes de embarcações e comerciantes locais, que frequentemente doavam ou capturavam espécimes para a instituição. Documentos da época indicam pedidos diretos de Carlos Estêvão a comandantes e práticos de navios solicitando a aquisição de mamíferos e aves amazônicas, outro aspecto comum é a fala do próprio diretor da instituição. Em uma Circular enviada a um comandante não identificado, Carlos Estêvão inicia a escrita *“Conto de que amante da sua terra como é ainda conserva bem mantida a lembrança do tempo em que o jardim zoológico deste museu enchia de admiração e encanto todos que o aproveitavam (...). Era comum nos pedidos, acusações de recebimentos ressaltar a benfeitoria feita a instituição destacando ser um benefício em prol de todos desta terra.. Uma vez que o envio desses animais para o Museu era necessária para a funcionalidade do parque enquanto espaço de visita pública e exposição de animais, quanto para funcionar como vitrine para futuros compradores.*



No mapa ao lado, é possível notar alguns dos animais adquiridos por doação em alguns dos municípios do Estado, como Cametá, Altamira, Oriximiná e outros. Outro aspecto importante e crucial neste trabalho é a relação financeira deste comércio, os trabalhos de Leal (2023). Evidenciam os constantes problemas financeiros descritos pelo diretor do Museu, Carlos Estêvão e das dificuldades que a instituição passava.

Os valores arrecadados eram destinados a instituição e não passava para a receita do Estado, e em sua maioria eram gastos para a manutenção dos alojamentos, construção de novas infraestruturas no parque zoológico, alimentação e também na compra de novos animais.

Entre 1930 e 1950, o Museu Paraense Emílio Goeldi passou por transformações significativas que consolidaram sua importância científica e cultural na Amazônia. Na década de 1930, sob a direção de Carlos Estêvão de Oliveira, a instituição foi renomeada, passando a ser chamada Museu Paraense Emílio Goeldi, em homenagem ao naturalista suíço Emílio Goeldi (Moura; Sanjad, 2025). Durante esse período, o Parque Zoológico recebeu investimentos regulares, tornando-se um centro de referência nacional, com a ampliação de coleções zoológicas e botânicas e a reprodução de espécies em cativeiro, especialmente peixes e répteis (Moura; Sanjad, 2025). Em 1933, foi criada a seção de piscicultura, ampliando as atividades científicas do museu (Coelho, 1949). Além disso, as áreas destinadas à produção editorial foram reforçadas, permitindo a retomada de publicações científicas, como o Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, e melhorias no Parque Zoológico, com recuperação de viveiros, trilhas e áreas de observação (Coelho, 1949). Essas

mudanças visavam não apenas fortalecer a pesquisa científica, mas também consolidar o museu como espaço de divulgação do conhecimento e contato do público com a biodiversidade amazônica (Moura; Sanjad, 2025).

Carlos Estêvão priorizou a recuperação e ampliação dos espaços físicos do museu, com reformas estruturais no prédio-sede, melhorias nos laboratórios e reorganização dos ambientes de exposição e trabalho científico. Um dos marcos foi a criação e sistematização de seções especializadas, como Zoologia, Botânica, Arqueologia e Etnografia, que passaram a contar com espaços próprios para acervo, pesquisa e documentação (Figueiredo, 2001). Também houve a modernização dos depósitos de coleções científicas, com melhores condições de armazenamento e catalogação.

A biblioteca do museu foi ampliada e reorganizada, recebendo novas aquisições nacionais e estrangeiras, transformando-se em um centro de referência para pesquisadores da Amazônia (Aldrin, 2001).

Entre as funções exercidas pelo Museu, durante a gestão de Magalhães Barata; uma delas era a de fiscalizar o transporte e a exportação de animais vivos no Pará. Os impostos cobrados pelo serviço de inspeção eram revertidos diretamente para a manutenção da própria instituição. Após a vistoria técnica realizada pelo museu, os relatórios eram encaminhados ao Diretor das Recebedorias de Renda do Estado, que então autorizava o embarque das remessas zoológicas pelo porto de Belém, a instituição ocupava um papel central nessa rede econômica, monopolizando ainda esse comércio, exemplo disso são as denúncias feitas pela instituição do escoamento de animais por portos clandestinos, fator que impactava o ganho de 20% destinado ao Goeldi pelas inspeções.

Leal (2024) exemplifica a aquisição feita por Alberto Zimmermann que detinha um carregamento de 159 animais, dos quais destes apenas 20 eram oriundos da direção do Museu, o restante era de compradores desconhecidos. Segundo o citado documento, o setor administrativo do Museu recebeu deste negociante 303\$000 (trezentos e três mil réis) apenas pela aquisição dos animais, mais taxa de 20% cobrada pelo serviço de inspeção, avaliado à época em 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis).<sup>56</sup> Perfazendo o total dos custos, Zimmermann teria desembolsado

aproximadamente 958\$000 (novecentos e cinquenta e oito mil réis), sem incluir a despesa com o transporte.

Ou seja, o Museu atuava dentro de uma dualidade, como órgão fiscalizador e também como fornecedor para fins comerciais, essa estratégia elevou a receita da instituição, ao menos até sua federalização na década de 1950, pois a instituição arrecadava inserida nessa dualidade; de um lado com a venda de animais e de outro com o serviço de inspeção que realizava.

#### 4.1 A CIÊNCIA COMO JUSTIFICATIVA

Entre as décadas de 1930 e 1950, a Amazônia brasileira assistiu à intensificação de uma rede silenciosa, porém robusta, de captura, transporte e comercialização de animais silvestres vivos. Essa rede articulava múltiplos agentes – desde caçadores ribeirinhos até intermediários urbanos, comerciantes internacionais, zoológicos, museus e cientistas. Longe de se tratar de um fenômeno esporádico ou marginal, o comércio de fauna viva constituía uma engrenagem estruturante da economia extrativista amazônica, operando à margem da regulamentação estatal e de qualquer política de conservação ambiental. A circulação desses animais atendia a uma lógica mercantil que valorizava o “exótico” como mercadoria, elemento de distinção e objeto de estudo.

A Amazônia ocupava, nesse contexto, uma posição estratégica no fornecimento de espécies demandadas por mercados internacionais. Papagaios, araras, tucanos, jabutis, saguis e teiús eram amplamente capturados e movimentados ao longo dos grandes eixos fluviais. As cidades de Belém, Manaus, Santarém e Altamira funcionavam como nós centrais de escoamento. De lá, os animais vivos eram despachados para centros urbanos do Sudeste brasileiro ou exportados para zoológicos da Europa e da América do Norte. A cadeia operava de maneira capilar: nos extremos, coletores locais — muitas vezes indígenas ou caboclos — realizavam a captura e manutenção dos animais; no meio, atravessadores, comerciantes e transportadores organizavam a logística e intermediavam as vendas; e, no topo,

zoológicos, museus e colecionadores privados recebiam os espécimes para fins diversos, que iam do entretenimento à pesquisa científica.

Essas redes de circulação consolidaram-se sobre uma base material e simbólica comum: a transformação da fauna silvestre em ativo econômico. O animal vivo, antes elemento integrante de ecossistemas complexos, era reconfigurado como mercadoria portátil. Esse processo exigia tecnologias de contenção, nutrição e transporte, além de formas específicas de conhecimento empírico local — como hábitos alimentares das espécies, modos de manejo e técnicas de captura — que passavam a ser instrumentalizadas para alimentar o fluxo comercial. Conforme destacou Albuquerque (2009, 2014).

No plano científico, o comércio de animais vivos teve papel ambíguo. Por um lado, ele alimentou coleções zoológicas e permitiu avanços no estudo da fauna amazônica, especialmente em áreas como taxonomia, anatomia comparada e etologia. Instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Nacional e, posteriormente, o INPA, tornaram-se dependentes da chegada constante de espécimes vivos para seus acervos e estudos. Muitos desses animais ingressaram nos museus por meio da mesma rede que abastecia zoológicos e colecionadores estrangeiros. Essa confluência de interesses — científicos, econômicos e expositivos — reforçou a naturalização da exploração animal como prática legítima de produção de conhecimento, uma vez que a relação entre ciência e extrativismo não era vista como contraditória, mas como complementar e mutuamente benéfica.

Leal (2024) pontua que o monopólio do Museu sobre a coleta e venda de animais, era necessário para inibir o tráfico ilegal, como dito no início deste trabalho, a ideia de uma dualidade contraditória é presente na atualidade. Ou seja, nada mais justificável e assertivo que uma instituição de pesquisa fizesse essa comercialização “de maneira responsável”. Pois de acordo com o diretor a instituição não fazia comércio de animais, mas atuava como agente público para controlar tal atividade.

Havia uma justificativa científica que para o Museu pautava esse comércio, era entendido inclusive como parte de uma política ambiental, constitucional e que

encontra entraves entre os decretos e leis criados nesse período, principalmente com o Código de Caça e Pesca.

No entanto, é importante lembrar que mesmo inserido nessa dinâmica comercial que inerentemente é científica, havia uma agenda científica de suma importância para a instituição e para a ciência na Amazônia. Importantes estudos nesse período foram realizados, em áreas como a zoologia, botânica, geologia, etnologia e outras, alguns destes trabalhos configuram-se como os primeiros registros científicos formais de espécies animais e vegetais, como os: “Lacertílios do Pará” (1949), de Afrânio do Amaral que sistematizam o conhecimento sobre reptéis na Amazônia, ampliando a diversidade de animais na região. Os levantamentos realizados no Museu ajudaram a sistematizar espécies de lagartos e iguanídeos, descrevendo suas características morfológicas e hábitos.

Outro importante estudo é o Relatório de Estudos de Ictologia, Piscicultura e Limnologia realizados durante o Governo do Estado, na Comissão Técnica de Piscicultura, da Inspeção de Obras Contra a Seca, em 1941. O então relatório relata experiências pioneiras de reprodução artificial de peixes amazônicos por meio de hipofisacção, técnica que utilizava hormônios para induzir a desova em espécies como o curimatã (*Prochilodus*) o cangatí e o piau. Além disso, os estudos de Limnologia registraram parâmetros físico-químicos da água e catalogaram espécies fundamentais para o entendimento do ambiente aquático. A piscicultura ganha impulso com ensaios de hibridação e de criação em viveiros, abrindo espaços para adaptar espécies amazônicas à produção em larga escala.

Esses estudos não somente ampliaram o conhecimento sobre a zoologia, mas ajudam a estabelecer parâmetros comparativos para estudos futuros em estudos futuros sobre taxonomia. Os estudos sobre a ictiofauna regional que ofereceram soluções práticas para o abastecimento alimentar e também para o comércio de peixes ornamentais. Tais pesquisas tiveram importantes contribuições nas mais diversas áreas de estudos na região, além de exemplificar a relação entre a coleta e venda/doação desses animais e as funções científicas.

## **5. QUESTÕES ÉTICAS E SOCIAIS NO COMÉRCIO DE ANIMAIS SILVESTRE**

É importante notar que, embora a legislação brasileira sobre fauna silvestre tenha iniciado com o Código de Caça de 1934, ele se mostrava incipiente e ineficaz frente a complexidade das redes de comércio animal. Nenhuma estrutura efetiva de fiscalização ou proteção existia até a segunda metade do século XX. Somente com a promulgação da Lei de Proteção à Fauna (Lei n. 5.197/1967) e, mais adiante, com normativas como a Resolução Conama n. 457/2014, o país passou a regulamentar com mais rigor o manejo, a criação e o comércio de animais silvestres.

Assim, o comércio de animais vivos na Amazônia, entre 1930 e 1950, deve ser compreendido como parte de uma racionalidade histórica mais ampla: aquela que via a natureza amazônica como repositório inesgotável de riquezas e a fauna como capital biológico a ser apropriado e deslocado. As redes que se formaram em torno dessa atividade — invisíveis aos olhos do Estado, mas profundamente eficazes — revelam a articulação entre extrativismo, ciência e mercado, com consequências duradouras sobre os ecossistemas, os saberes locais e a própria forma de fazer ciência no Brasil. A reconstituição crítica dessas dinâmicas é fundamental não apenas para compreender o passado, mas para iluminar debates contemporâneos sobre justiça ambiental, soberania da biodiversidade e conservação.

Ferreira (2000) pontua que até a década de 1950, as preocupações referentes aos aspectos ambientais no Brasil, eram em sua maioria ligadas ao saneamento, à conservação e à preservação dos bens tidos como patrimônios do país. O que havia eram vários órgãos que legislavam sobre questões ambientais de formas diferentes, em regiões diferentes e sobre assuntos diferentes, e por vezes até contraditórias.<sup>24</sup>

O comércio de animais silvestres vivos na Amazônia entre as décadas de 1930 e 1950 não pode ser compreendido apenas como um fenômeno econômico ou científico, mas como um processo histórico profundamente marcado por tensões éticas, sociais e ambientais. Nesse período, consolidou-se uma rede de captura, transporte e comercialização de fauna viva que, ao mesmo tempo em que fornecia renda a comunidades marginalizadas e alimentava o avanço da zoologia e da ciência

---

<sup>24</sup> FERREIRA, F. M. Análise do comércio ilegal dos animais silvestres através das apreensões de fauna no Brasil, 2000. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia, Rio de Janeiro, 2000.

natural, produzia impactos devastadores para a biodiversidade e reforçava relações desiguais entre centro e periferia, campo e cidade, colônia e metrópole.

A exploração de animais vivos — sobretudo aves ornamentais, primatas e quelônios — era movida por uma lógica de apropriação da natureza que pouco considerava os direitos dos animais ou os saberes dos povos que conviviam com eles. Como analisam Barbosa et al. (2019), a captura de animais para comércio sempre esteve associada a práticas predatórias, tanto no trato com os próprios animais quanto nas condições de trabalho dos capturadores. Essas práticas, embora toleradas à época, expõem um conflito ético: a utilização da vida animal como mercadoria exótica, esvaziada de seu contexto ecológico e simbólico.

Ao mesmo tempo, o comércio de animais vivos representava para muitas comunidades amazônicas uma fonte de renda necessária à sobrevivência, especialmente em regiões economicamente fragilizadas pela crise do ciclo da borracha ou pela ausência de políticas públicas estruturantes. De acordo com Destro (2018), os capturadores atuavam geralmente em redes informais, sem acesso a preços justos ou reconhecimento legal, sendo os principais prejudicados pela repressão tardia ao comércio ilegal. O Estado, ausente nas garantias básicas, aparecia apenas como agente punitivo quando começava a coibir o tráfico, criminalizando práticas de subsistência sem oferecer alternativas econômicas ou diálogo com os saberes locais.

Esse cenário revela uma contradição central entre exploração e conservação. Por um lado, o discurso científico e institucional da época legitimava a coleta de espécimes para museus e estudos biológicos — como nos casos do Museu Goeldi e do Museu Nacional, que receberam inúmeros animais vivos para suas coleções (Lisboa, 1995; Albuquerque, 2015). Por outro lado, não havia nenhuma esforço sistemático de preservação das espécies ou de manejo sustentável. A ciência se alimentava da coleta predatória sem elaborar um projeto ético para lidar com os próprios impactos causados por suas demandas.

Além disso, como destaca Albuquerque (2014), o processo de extração da fauna viva era acompanhado por uma noção difusa de propriedade da natureza: o animal silvestre era visto como “sem dono”, disponível a quem o capturasse, o que

escancarava o abismo entre o conhecimento tradicional — que reconhecia o valor espiritual e ecológico desses seres — e a visão mercantilista e instrumentalizada da fauna. Essa lógica resultava não só na perda de biodiversidade, mas na desestruturação de práticas culturais locais, que se viam substituídas por interesses externos. As comunidades ribeirinhas e indígenas envolvidas nesse comércio também enfrentavam um processo de silenciamento. Seus conhecimentos sobre hábitos, alimentação e comportamento das espécies eram amplamente aproveitados por intermediários, comerciantes e cientistas, mas raramente reconhecidos como saber legítimo. Ao contrário, como apontam Santos e Silva (2009), esses agentes locais eram muitas vezes retratados como “predadores” ou “traficantes”, enquanto as instituições que recebiam os animais eram vistas como promotoras do progresso científico.

A ausência de regulamentação efetiva e de políticas de valorização das populações envolvidas levou à perpetuação de desigualdades. A resolução Conama n. 457/2014, que trata da criação e manutenção de animais silvestres, surge muito tardiamente, evidenciando o longo período em que as relações entre humanos e animais foram reguladas por uma lógica extrativista desprovida de qualquer ética da conservação (Conama, 2014; Albuquerque, 2014).

Frente a esse panorama, impõe-se uma reflexão crítica: o comércio de animais vivos na Amazônia revelou não apenas a exploração sistemática da fauna, mas também a instrumentalização do trabalho e do saber de populações locais, a subordinação da vida animal ao consumo de luxo, e a ambiguidade da ciência frente aos seus próprios métodos de coleta. A memória desse processo é essencial para que se possa construir um modelo de conservação ambiental não baseado na repressão pura, mas na valorização dos saberes tradicionais, na inclusão social e em uma ética que reconheça a interdependência entre os humanos e os demais seres vivos da floresta.

## 6. CONCLUSÃO

Acredito que a relevância deste estudo está no debate cada vez mais suscitados da realidade nas quais estamos inseridos, entre a História e os debates ambientais, entender as relações homem-natureza, suas dinâmicas e visões. Ao longo do século XIX as relações entre humanos e não humanos sofre transformações, ora por que em um primeiro momento há uma visão da natureza como um recurso a ser explorado, enquanto paradoxalmente, emergiam novas sensibilidades ao mundo natural. Autores como Bruno Latour, Claude Lévi-Strauss ou ainda trabalhos mais recentes e importantíssimos sobre essa temática são os do antropólogo Felipe Ferreira Vander Velden, que trabalha sobretudo a relação de agentividade dos animais, enquanto sujeitos e partícipes ativos da vida social. (Velden, 2015).

Latour (1991), em *Jamais Fomos Modernos*, destaca que o projeto da modernidade ocidental se baseia na separação entre natureza e sociedade, uma divisão que nunca foi plenamente real. Latour propõe a ideia de “redes híbridas”, onde humanos e não humanos estão interligados em sistemas de relações que produzem tanto o conhecimento quanto a própria realidade material. O comércio de animais silvestres, como o que envolvia instituições científicas brasileiras do século XIX, incluindo o Museu Goeldi, exemplifica bem essa dinâmica: tratava-se de uma rede transnacional que conectava caçadores locais, comerciantes, cientistas, governos e os próprios animais, que, mesmo como objetos, continuavam a exercer formas de “agência” ao resistirem, adoecerem ou morrerem no processo de captura e transporte.

O estudo do comércio de animais silvestres em sua relação com as práticas científicas representa também uma valiosa oportunidade para compreender as conexões entre ciência, economia e meio ambiente em contextos históricos específicos. Busca-se analisar como o comércio de espécimes, contribuiu para o financiamento das atividades do museu, ao mesmo tempo em que alimentava o mercado global de colecionadores, zoológicos e instituições de pesquisa.

A documentação revelou uma rede extensa de colaboradores que incluía prefeitos municipais, coletores ribeirinhos, comandantes de embarcações, comerciantes e instituições científicas nacionais e internacionais. Essas conexões se mostraram fundamentais para viabilizar o fluxo contínuo de espécimes para o museu e para o mercado externo. Foi possível identificar as espécies mais demandadas (como araras, papagaios, cobras, macacos e felinos) e compreender suas rotas de circulação, destacando o protagonismo dos portos de Belém e Manaus.. Constatou-se que, embora o discurso científico da época legitimasse a coleta de espécimes, não havia políticas efetivas de manejo sustentável, e a ciência operava dentro de uma lógica extrativista, muitas vezes invisibilizando saberes e práticas das populações locais.

Apesar desses avanços, a pesquisa enfrentou limitações que condicionaram os resultados: bibliografia especializada limitada e informações incompletas sobre rotas e agentes: ainda que haja estudos sobre história da ciência e do MPEG, as pesquisas especificamente voltadas para o comércio de fauna silvestre na Amazônia são fragmentadas e, em muitos casos, dispersas em artigos de difícil acesso. Assim como muitos registros oficiais omitem nomes de coletores ou compradores, o que impede a reconstituição plena de determinadas redes comerciais.

Essas limitações no entanto, abrem caminhos para questões que podem ser abordadas futuramente, abaixo enumero alguns pontos que podem ser desenvolvidos:

1. Estudo comparativo entre o MPEG e outras instituições científicas brasileiras e estrangeiras que atuaram no comércio de fauna no mesmo período, para avaliar convergências e diferenças de práticas.

2. Investigação mais ampla sobre o impacto ecológico da captura intensiva de determinadas espécies, cruzando registros históricos com dados ambientais contemporâneos.
3. Análise das percepções e saberes das populações locais envolvidas na captura e manejo de animais, visando integrar a história ambiental à antropologia e aos estudos de ciência e tecnologia.
4. Levantamento mais sistemático dos fluxos financeiros do MPEG no período, para compreender com mais precisão o peso econômico do comércio de fauna no orçamento institucional.

A pesquisa reafirma a relevância de compreender as interações históricas entre ciência e comércio como parte de um mesmo sistema, especialmente em regiões como a Amazônia, onde a riqueza biológica foi — e continua sendo — um ativo de valor científico, econômico e simbólico. A análise do período de 1931 a 1950 no Museu Paraense Emílio Goeldi demonstra que a produção de conhecimento científico esteve profundamente imbricada com práticas comerciais, configurando uma rede complexa de interesses que transcendeu fronteiras geográficas e disciplinares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, C. **Criação, abate e comercialização de animais silvestres**. Dissertação (Mestrado em Vigilância Sanitária e Controle de Qualidade dos Alimentos) – Universidade Castelo Branco, Brasília, DF, 2009.

ALBUQUERQUE, M. F. C. **O comércio de animais silvestres no Brasil e a Resolução Conama n. 457**. *Boletim Científico*, Brasília, DF, ano 13, n. 42-43, p. 147-176, jan./dez. 2014.

ANDRADE, R. P. **“Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”**: Getúlio Vargas e a revista **“Cultura Política”** redescobrem a Amazônia (1940-1941).

*Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, n. 2, p. 453-468, 2010.

ANTUNES, A. P. et al. **Empty forest or empty rivers? A century of commercial hunting in Amazonia**. *Science Advances*, v. 2, n. 10, e1600936, 2016.

ANTUNES, A. P. **Um século de caça comercial na Amazônia**. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, 2015.

BARBOSA, W. G. P. et al. **Tráfico de animais silvestres**. Anais... fave.univertix.net, 2019.

BERTHO, Â. M. **As ciências humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi em suas fases de formação e consolidação**. In: FAULHABER, P.; TOLEDO, P. M. (Orgs.). *Conhecimento e fronteira: história das ciências na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

CASAZZA, I. F. **Desenvolvimentismo e conservacionismo na Era Vargas, 1930-1945: a atuação científica de Paulo Campos Porto**. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 27, n. 2, 2020.

CASAZZA, I. F. **Proteção do patrimônio nacional brasileiro: ciência, política, e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

CUNHA, O. R. **Carlos Estêvão de Oliveira (1880-1946)**. In: **Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi**, I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

COSTA, R. P. **Carlos Estêvão de Oliveira e o Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945)**. *Revista História das Ciências e do Ensino*, v. 10, p. 39-59, 2014.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESTRO, G. F. G. **Tráfico de animais silvestres: da captura ao retorno à natureza**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FAULHABER, P. **Introdução**. In: FAULHABER, P.; TOLEDO, P. M. (Orgs.). *Conhecimento e fronteira: história das ciências na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, F. M. **Análise do comércio ilegal dos animais silvestres através das apreensões de fauna no Brasil, 2000**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia, Rio de Janeiro, 2000.

FIGUEIREDO, A. **Parque da cidade, museu da nação: nacionalismo, modernismo, e instituições científicas na Amazônia, 1930-1945**. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Org.) *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (Org.) *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FURTADO, Gabriela Galvão Braga. **Entre etnologia e arqueologia: o universo tapajônico de Curto Nimuendajú**. Dissertação (Mestrado) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2024.

LEAL, D. R. G. **Ciência, nação e região na Era Vargas: o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

LEAL, D. R. G. **Uma república de cientistas na Era Vargas: a atuação científica e política de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945)**. *História da Ciência e Ensino*, v. 27 especial, p. 67-78, 2023.

LOPES, R. **Museus, ciência e coleções zoológicas na Amazônia**. Belém: MPEG, 2001.

NONATO, J. M. D.; PEREIRA, N. M. **Histórico da ciência na região norte do Brasil: a ciência em ação na Amazônia brasileira**. *Perspectivas*, v. 44, p. 93-124, jul./dez. 2013.

SANJAD, N. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

SCHWARTZMAN, S. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT/CNPq, 2001.

SOARES, J. L. **Dicionário etimológico e circunstanciado de biologia**. São Paulo: Scipione, 1993.

STELLA, T. H. T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

VELDEN, F. F. V. **Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp, Campinas, SP, 2010.

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. Código Florestal de 1934. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Dispõe sobre a proteção das florestas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.210, de 17 de abril de 1939. Regula o comércio de animais da fauna brasileira. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 1939.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1967.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio

ambiente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 457, de 26 de junho de 2014. Dispõe sobre a criação e manutenção de animais silvestres em cativeiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.